



Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis vai cobrar hora de almoço da empresa Protege em mesa redonda no MTE

FECHADO PARA ALMOÇO

Na próxima sexta-feira (26/08), o Sindicato vai participar de uma mesa redonda com a empresa Protege na Gerência Regional do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, em Petrópolis, para discutir o descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e da CLT sobre a hora de almoço dos vigilantes.

A empresa se recusa a conceder uma hora de almoço ao vigilante. Segundo denúncias, a Protege obriga os trabalhadores a cumprir apenas meia hora e voltar ao trabalho. Essa prática descumpra a legislação trabalhista.

O Sindicato quer que a empresa cumpra a lei sem que os trabalhadores tenham prejuízos de suas horas de descanso e almoço. O Sindicato alerta ainda que não

vai aceitar possíveis perseguições aos trabalhadores.

“Pedimos essa mesa redonda ao MTE, pois será a nossa chance de cobrar da empresa junto aos órgãos fiscalizadores o cumprimento da CLT e da nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Não podemos admitir um regime de trabalho de escravidão. A uma hora de almoço é direito de todo trabalhador que cumpre uma jornada de trabalho de oito horas diárias. E esse é o caso dos vigilantes da Protege”, afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Ji-Paraná/RO - Banco coloca funcionária para transportar valores e é condenado a pagar danos



Bradesco

O Banco Bradesco S.A. foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar R\$ 20 mil reais de indenização por danos morais a uma funcionária que fazia o transporte de valores no interior de Rondônia.

Na ação trabalhista que ingressou na 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO, onde pediu o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 100 mil, a empregada afirmou que realizava o transporte de numerário para o abastecimento dos postos de atendimentos localizados nos municípios de Costa Marques, Seringueiras, São Francisco e São Miguel do Guaporé. Alegou ainda que nunca recebeu treinamento e que teve receio de sofrer assaltos ou sequestro por conta das quantias transportadas.

Em sua defesa, o banco contestou as alegações da autora ao dizer que ela nunca realizou transporte de valores, pois a instituição possui contrato com empresa especializada para esse fim desde maio/2006.

No entanto, ao ouvir as testemunhas, o Juiz do Trabalho Substituto Wagson Lindolfo José Filho confirmou a prática por parte da empregada, bem como pelos demais funcionários no transporte de valores. Ao transcrever o depoimento de uma das

testemunhas, a sentença diz que esta chegou a transportar entre R\$ 30 a R\$ 40 mil reais para os bancos postais.

“Pela forma como era desenvolvida a atividade, o porte de valores sujeitava a reclamante a permanente risco de violência, gerando no trabalhador sentimentos de angústia e ansiedade que justificam a indenização por danos morais. Ainda que a segurança pública seja dever do Estado, é obrigação da empresa zelar pela integridade física e psíquica dos seus empregados, o que envolve inclusive o dever de não exigir a realização de trabalho que os exponha a risco desnecessário”, registrou o magistrado em sua decisão.

Ele ainda acolheu os argumentos do banco para pronunciar a prescrição dos pedidos da autora da ação anteriores a 31/05/2010 e negou os honorários advocatícios. Cabe recurso da decisão.

Fonte: TRT 14

Senado começa a decidir se o Brasil é uma democracia



Nesta quinta-feira, começou a fase decisiva do julgamento da presidente Dilma Rousseff. Serão ouvidas testemunhas e ela própria irá ao Senado, na próxima segunda-feira 29, para se defender diante de 81 senadores e da História.

Como já apontaram juristas, historiadores, intelectuais e, mais recentemente um grupo de artistas e pensadores internacionais (saiba mais aqui), o Brasil de 2016 está sendo vítima de um golpe de estado, uma vez que até os opositores de Dilma sabem que não foi cometido qualquer crime de responsabilidade como exige a Constituição para que ocorra um processo de impeachment. Está-se diante de um golpe branco, sem tanques e canhões nas ruas, mas, ainda assim, um golpe que envergonhará para sempre a atual e as novas gerações caso venha a ser consumado.

Trata-se de um golpe parlamentar em que a decisão de apenas 54 senadores pode vir a cassar o voto de 54 milhões de eleitores. A esses parlamentares, tudo tem sido prometido no mercado persa aberto pelo interino Michel Temer, de quem se esperava lealdade à presidente eleita, para se manter no poder.

É um vale-tudo de uma eleição indireta que transformou o presidencialismo brasileiro num parlamentarismo imposto à força, sem que o povo fosse consultado,

No roteiro original do golpe, idealizado por lideranças da oposição derrotada nas últimas quatro eleições presidenciais, Temer seria apenas um fator de transição e faria a chamada “ponte para o futuro” depois da deposição da presidente eleita. O impeachment seria facilmente aceito pela sociedade e o vice em exercício, com apoio de meios de comunicação conservadores, faria reformas profundas – e altamente impopulares – na economia.

Nada disso deu certo. A mais recente pesquisa Vox Populi revela que 79% dos brasileiros defendem a saída imediata de Temer do cargo – para 61% deve haver novas eleições, enquanto 18% querem que Dilma siga até o fim de 2018. A desestabilização provocada pelo golpe, que trouxe consigo uma sabotagem parlamentar de dois anos, arrastou a economia para a mais grave recessão de sua história e aproximou as contas públicas brasileiras, pretexto para o golpe, das contas públicas da

Grécia, como apontou um ministro do próprio governo interino. E aliados que, até ontem, apoiavam o golpe, já ameaçam romper com o interino com a percepção crescente de fracasso do projeto golpista.

O valor do voto

Na narrativa conservadora, o segundo impeachment desde a redemocratização seria a prova de maturidade das instituições brasileiras. Na verdade, o Brasil assiste hoje ao apodrecimento de suas instituições, cujo exemplo mais recente é a guerra aberta entre ministros do Supremo Tribunal Federal, procuradores e associações de magistrados, diante do choque entre investigações e a fragilização das garantias individuais.

O ponto central, no entanto, é outro. Caso Dilma seja efetivamente derrubada sem que tenha cometido crime de responsabilidade, a grande questão a se colocar será outra: para que votar? Qual será o valor do voto em novas

eleições, mesmo que elas ocorram em 2018, 2022, 2026, se nenhum governante estará mais seguro?

O que o golpe de 2016 ensina para a História é muito claro: só ficarão no poder aqueles que forem capazes de domar as oligarquias e as chantagens parlamentares – no caso de Dilma, representadas pelo deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), sem o qual nada disso estaria acontecendo.

Isso significa que, se o golpe realmente se consumir, o Brasil não deixará de ser uma democracia apenas durante a “ponte para o futuro” de Michel Temer. Deixará de ser uma democracia para sempre, pois aqui ficará provado que as oligarquias midiáticas e os conchavos parlamentares são sempre mais fortes do que a soberania popular.

Dentro de uma semana, cada senador escolherá como será lembrado pela História: se como coveiro da democracia ou não.

Fonte: Brasil 247



Durante ato realizado com a presença de Dilma no Teatro dos Bancários, em Brasília, povo reforçou o coro das ruas em defesa da democracia e dos direitos sociais

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF